

Do método e do espírito da revolução historiográfica micheletiana

On the method and spirit of Michelet's historiographical revolution

MARIA JULIANA GAMBONI TEIXEIRA*

RESUMO Na economia da obra historiográfica de Jules Michelet, não há dúvida sobre a relevância de *Histoire de la révolution française* (1847-1855). Escrita e publicada em sete tomos, sua versão final acumulou vários paratextos, os quais representam espaços de expressão privilegiados da obra micheletiana, especialmente vocacionados a apresentar os fundamentos teórico-metodológicos de cada produção. Se esse caráter autorreflexivo atravessa os quatro prefácios, aquele intitulado “De la méthode et de l'esprit de ce livre” se destaca por ser um perfeito condensado dos traços estilísticos mais típicos e radicais da prosa micheletiana: o estilo vertical inflado de parataxes e tiranizado pelos predicados aqui se agudizam pelo recurso descomplexado a metáforas, provérbios e anedotas, configurando assim a língua desse “discurso do método” micheletiano. Minha hipótese inicial é que a explicitação

* <https://orcid.org/0000-0003-2711-9733>
Universidade Federal de Minas Gerais, Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha,
Belo Horizonte, 31270-901, Brasil
juliana.gamboni22@gmail.com

dos fundamentos do debate filosófico-político do qual participa o texto micheletiano explica e, em boa medida, justifica os recursos estilísticos particulares ali exibidos. O artigo pretende explicitar a consonância entre as metáforas e as ideias, entre o espírito e a letra do historiador, buscando demonstrar como o que hoje resplandece sob o signo da literatura deve ser relido sob o signo de um projeto de história, epistemologicamente comprometido com a Revolução.

PALAVRAS-CHAVE Jules Michelet, teoria da história, método historiográfico

ABSTRACT The *Histoire de la révolution française* (1847-1855) is widely regarded as one of the most significant texts in Jules Michelet's historiographical work. Written and published in seven volumes, with a final version accompanied by four paratexts which are privileged spaces of expression for Michelet's thought, it aims to present the theoretical-methodological foundations of each production. While a self-reflective disposition does permeate all of the four prefaces, the one titled "De la méthode et de l'esprit de ce livre" stands out for being a perfect condensation of the most typical and radical stylistic traits of Micheletian prose: the vertical style inflated by parataxis and tyrannized by predicates is intensified here by the unapologetic deployment of metaphors, proverbs, and anecdotes, thus configuring the language of this Micheletian "discourse on the method" of sorts. My initial hypothesis is that the exposition of the philosophical-political debate in which Michelet's text takes part explains and, to a large extent, justifies its distinctive stylistic resources. The article seeks to explain the consonance between metaphors and ideas, between the spirit and the letter of the historian, seeking to demonstrate how what today strikes us as "literary" must be reread as a historiographical project, epistemologically committed to the Revolution.

KEYWORDS Jules Michelet, theory of history, historiographic method

Para Paule Petitier

Histoire de la révolution française, se não é o maior projeto historiográfico de Jules Michelet, certamente é um dos que lhe foi mais caro.¹ Dividido em sete volumes publicados entre 1847 e 1853, esse livro representa um dos pontos culminantes de sua trajetória e é considerado pela crítica especializada o “coração da obra, seja de um ponto de vista epistemológico, político ou cronológico” (Petitie, 2019, p. XIV).² A versão final da obra acumulou uma quantidade expressiva de paratextos (Prefácios, Introdução e Conclusão), que, como assinalado por Claude Lefort em *La cité des vivants et des morts*, representam espaços privilegiados da obra micheletiana, porque são essencialmente vocacionados a apresentar os fundamentos teóricos e metodológicos de cada produção (Lefort, 2002, p. 5). Dentre eles, destaco um: “*De la méthode et de l'esprit de ce livre*”, originalmente composto como fecho metodológico para o tomo II de *Histoire de la révolution*. Lançado em 1847, realça essa dimensão autorreflexiva tão cara aos paratextos micheletianos.

Já notável por seu título mesmo, a importância desse paratexto não passou despercebida entre os estudiosos do historiador.³ Assim, e

1 Em termos de extensão, o maior dos projetos micheletianos é sua *Histoire de France*, publicada em 17 volumes e desenvolvida ao longo de 33 anos, de 1833 a 1867. Sua *Histoire de la révolution française*, cuja escrita e publicação se interpola e interrompe a fatura do projeto maior, também dele participa. O fio narrativo do primeiro se conclui justamente às vésperas da Revolução.

2 A afirmação de Paule Petitier sobre o papel de *Histoire de la Révolution française* na economia da obra micheletiana será, em seus aspectos político e epistemológico, desenvolvida por este artigo. Quanto à centralidade cronológica do título, ela se explica pelo fato de sua fatura, iniciada em 1847 e finalizada 1853, interromper a continuidade de seu projeto de maior fôlego – *Histoire de France* – cujo último tomo publicado antes dessa interrupção, *Histoire de France*, t. VI : Louis XI, sai em 1844, enquanto o seguinte, *Histoire de France*, t. VII: Renaissance, só sairá em 1855.

3 Além do texto aqui em destaque, originalmente disposto ao final do volume II, publicado em 1847 e imediatamente sucedido por uma conclusão, os volumes de *Histoire de la Révolution française* contam com os seguintes paratextos: o Prefácio de 1847, 2 Prefácios de 1868 (um geral, outro introduzindo o tomo III da obra), e o Prefácio de 1869, intitulado “*Le tyran*”. À exceção desse último e do “*De la méthode et de l'esprit de ce livre*”, nenhum outro recebe

apenas a título de exemplo, ambas as edições *Pléiade de Histoire de la révolution française* – a de 1952, capitaneada por Gérard Walter, assim como a 2019, comandada por Paule Petitier – a comentam com algum destaque. Ao passo que a última lhe dedica toda uma seção do capítulo *Notice*, intitulada “*La méthode de l'historien en 1847*” (Petitier, 2019, p. 1221-1226), a de Walter apresenta o paratexto em duas notas de rodapé específicas, a última das quais insistindo em que:

Dos vinte e um livros que compõem a História da Revolução francesa de Michelet, este é o único que dispõe de um preâmbulo destinado a explicar o método seguido em sua elaboração e o espírito que o anima” (Walter, 1952, p. 1381).⁴

De caráter estritamente historiográfico, o texto desenvolve-se em três passos: o primeiro e mais alentado é a explicitação do método e do espírito (ou seja, dos princípios epistemológicos) que sustentam essa produção. À explicitação do método segue-se um exercício de crítica, voltado a apontar os problemas da produção historiográfica então assente sobre a Revolução.⁵ A crítica historiográfica dá ensejo, a seguir, a uma visada crítica concernindo o próprio evento, exame histórico que, inclusive, extrapola a delimitação cronológica do volume em questão, apresentando-se, assim, como um diagnóstico crítico da Revolução como um todo.

“*De la méthode et de l'esprit de ce livre*” é, portanto, um texto metodológico, comprometido em expor e debater os princípios interpretativos

um título específico, sendo nomeados apenas pelas datas em que foram apostos ao título em questão.

4 Tradução livre de “Sur les vingt et un livres dont se compose l’Histoire de la Révolution française de Michelet, c’est le seul qui comporte un avant-propos destiné à expliquer la méthode suivie dans son élaboration et l’esprit dont il est animé.”

5 Essa crítica historiográfica está particularmente concentrada na obra que então fazia às vezes de principal referência historiográfica sobre Revolução francesa – *Histoire parlementaire de la Révolution française*, ou *Journal des assemblées nationales depuis 1789 jusqu’en 1815*, publicada em 40 tomos entre 1834 e 1838, por Philippe Buchez e Pierre Roux.

que presidiram a leitura da Revolução proposta por Michelet. Mas ele é, também, um perfeito condensado dos traços estilísticos mais típicos e radicais da prosa micheletiana. O “estilo vertical”, nos termos de Sainte-Beuve (2004, p. 1209-1214), comandado pela primazia da parataxe e por um desenrolar por saltos em lugar de um desenvolvimento lógico comedido e processual; a “tirania dos predicados” (Barthes, 1984, p. 210-221), recobrando e suplementando o que Gustave Lanson (1895, p. 1009) chamou de “subjativismo lírico” característico da prosa romântica; o recurso sistemático a metáforas, provérbios e anedotas (Petitier, 1998, p. 65-79); enfim, a dominante dialógica que, seja por meio de interpelações diretas, seja pelo recurso à dramatização de debates, impõe ao leitor um papel ativo no ato da leitura tanto quanto destaca a presença do autor: todos esses recursos estilísticos configuram a língua do discurso do método micheletiano. O resultado da combinação entre método e estilo é a produção de um discurso “exaltante e exaltado”, para retomar o diagnóstico preciso de George Navet (1987, p. 19).

O objetivo deste texto será o de demonstrar a coerência entre o estilo e as ideias ali apresentados. Minha hipótese é a de que a explicitação dos fundamentos do debate filosófico- político do qual participa o texto micheletiano ajudam a melhor compreender e interpretar os recursos literários ali exibidos. De forma mais direta, interessa destacar como o estilo particular de Michelet recobre e duplica uma batalha epistêmica em torno da fundação da historiografia moderna, indissociável, para o historiador, do sentido da própria Revolução: esse “todo poderoso intérprete” “dos meus ensinamentos e da minha história” (Michelet, t. I, 2019, p. 5).⁶ Isso significa que a posição epistemológica então defendida é coerente e concorde à posição política do historiador e que ambas se encarnam perfeitamente nos recursos estilísticos ali mobilizados. Em outros termos, este artigo pretende explicitar a consonância entre as metáforas e as ideias, entre o espírito e a letra do historiador,

6 Trad. livre da autora: “J’interroge sur mon enseignement, sur mon histoire, son tout-puissant interprète, l’esprit de la Révolution.” Todas as traduções deste artigo são de minha inteira responsabilidade.

buscando demonstrar como o que hoje poderia resplandecer sob o signo exclusivo da literatura pode e deve ser relido como um projeto de história, epistemologicamente comprometido com a Revolução.

Se esse acordo entre método e espírito é coerente com os ares românticos do tempo, a particularidade desta leitura será a de demonstrar como a inscrição romântica de Michelet só teria sentido – e um sentido próprio, coerente com o seu projeto – se afastada das terras literárias onde, no geral, é recebida, ainda quando inscrita sob a etiqueta da historiografia romântica.⁷ Basicamente, esta leitura quer demonstrar como a chave de interpretação mais adequada para o colorido estilístico desse paratexto micheletiano deve ser buscada não exatamente no domínio literário, mas nos debates político-filosóficos em função dos quais exercita o seu “estilo”.⁸ Assim, a principal dificuldade encontra-se

7 Marcel Gauchet (2002, p 7), na apresentação de seu livro *Philosophie des sciences historiques – le moment romantique*, afirma que a etiqueta “romântica” aplicada ao movimento intelectual empreendido pela primeira geração francesa de historiadores modernos, serviu para “enterrar” a complexidade do desafio enfrentado por tais autores e a diversidade das respostas forjadas por cada qual. De fato, essa etiqueta, forjada no entrecruzamento entre um projeto epistemológico ainda por se fazer (História) e um qualificativo estético largamente adotado naquele momento (romântico), tende a projetar uma imagem algo facilitada do desafio que foi o daquela geração, como se se tratasse apenas de uma mescla, em si mesma coerente, entre os sentidos e as formas de investigação do passado e técnicas literárias. O estudo mais atento de qualquer um desses historiadores (Michelet, Quinet, Guizot, Thierry, entre outros) demonstra a fragilidade dessa projeção, conforme o próprio Gauchet (2002, p. 9-31) demonstra no capítulo de abertura do livro supracitado: “L’unification de la science historique.”

8 Afirmação que pode soar temerária e mesmo paradoxal quando proferida por uma professora de literatura francesa, mas sem dúvida se calça exatamente a partir deste lugar. Para além do fato de o campo dos estudos literários (incluindo a história, a crítica e a teoria) responder a injunções que são específicas ao seu objeto, o que pretendo afirmar neste artigo é que a recepção prioritariamente “literária” acordada aos textos micheletianos, se pode ser produtiva e instigante para o campo de onde provém, no geral padece de um problema estrutural: sua incapacidade em devolver as condições histórico-intelectuais específicas que forjaram essa historiografia e sob as quais Michelet assentava e defendia seu conceito de História e a prática dali decorrente. Essa minha posição, na realidade, retoma uma postura do próprio Michelet que, em vida, não poucas vezes se “defendeu” do epíteto de “poeta da história”, retorquindo que tal título, supostamente enobrecedor, serviria para não discutir suas ideias e como forma de descredenciá-lo como historiador. Tratei disso em diversos textos, buscando examinar criticamente as razões dessa “defesa” e seus argumentos, sem que isso implique em qualquer demérito intrínseco apostado contra os produtos da imaginação, mas antes como indício

na abordagem do que Aurélien Aramini, um dos filósofos convocados nesta análise, chama de “continente esquecido da filosofia francesa, que é o da primeira metade do século XIX” (Aramini, 2016, p. 47). Esse continente tem pauta e vocabulário específicos, cujos pressupostos e decorrências não se encaixariam, de antemão, no que geralmente se desenha sob as hostes do Romantismo ou, para reduzirmos um pouco mais a questão, o romantismo francês ou a historiografia romântica.⁹

Para tanto, começarei a análise partindo do conjunto metafórico informado pelo sintagma nominal “Todo-mundo” e da pequena fábula que Michelet propõe em torno dessa personagem, cuja construção e desenvolvimento, encarnando simbolicamente a figura do povo, presidem tanto metafórica quanto teoricamente o texto em questão.

Nós não somos desses amigos do povo que desprezam a opinião do povo, sorriem ante ao *preconceito popular*, crentes de que são, modestamente, mais sábios do que *Todo-Mundo*. *Todo-Mundo*, para os hábeis e as gentes de espírito, é um pobre homem de bem, que é cego, tromba, tropeça, fala bobagens, sem saber bem o que diz. Rápido, um bastão para

de respeito à sua dimensão própria e condições de fatura particulares. Como tais textos não conversam diretamente com este artigo (ainda que, em boa medida, façam parte do caminho que me permitiu chegar a ele), listo neste rodapé alguns trabalhos que enfrentam exatamente este problema: TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. Michelet en brésilien: des traductions à l'interprétation. In: PETITIER, Paule; ARAMINI, Aurélien. (org.). *Michelet hors frontières*. Paris: Editions Hermann, 2021, p. 77-91; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. O historiador, a ténia, o diabo e a feiticeira. In: CORDEIRO, Rogério; ALVEZ, Luis Alberto; SIFFERT, Alisson. (org.). *Dimensões do Realismo*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2020. v. 1, p. 257-276; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. Jules Michelet: Um historiador às voltas com a crítica literária. *Cadernos Literários* (FURG), v. 23, p. 101-120, 2015; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. Michelet e a questão da linguagem. *Miscelânea*, v. 14, p. 201-218, 2014; TEIXEIRA, Maria Juliana Gambogi. O pecado do historiador: Para uma leitura d'A Feiticeira, de Jules Michelet. *Topoi: Revista de História*, v. 14, p. 438-452, 2013.

- 9 Para enfrentar esse continente, os trabalhos de Aurélien Aramini são fundamentais. Dentre eles, destaco três: os livros Michelet, à la recherche de l'identité de la France – de la fusion nationale au conflit des traditions., 2013, a edição comentada dos textos filosóficos de Michelet, intitulada Philosophie de l'histoire, 2016, e o artigo “Les deux conceptions micheletiennes de la foule révolutionnaire”, de 2015, todos repertoriados nas referências bibliográficas..

o cego, um guia, um apoio, alguém que fale por ele. Mas os simples, os que não têm espírito, como Dante, Shakespeare e Lutero, veem de modo muito distinto este simplório. Reverenciam-no, recolhem, escrevem suas palavras, mantêm-se de pé diante dele. É ele que o pequeno Shakespeare escutava, enquanto vigiava os cavalos na porta do espetáculo; ele que Dante vinha ouvir no mercado de Florença. O doutor Martinho Lutero, todo doutor como era, lhe dirigia a palavra com o chapéu na mão, tratando-o por mestre e senhor: “*Herr omnes* (Senhor *Todo-Mundo*)” *Todo-Mundo*, sem dúvida ignorante nas coisas da natureza (não vai ensinar física a Galileu, nem cálculo a Newton) nem por isso deixa de ser um juiz justo nas coisas do homem. Ele é o soberano mestre em direito. Quando se assenta em seu pretório e tribunal natural, seja nas esquinas das grandes cidades, num banco de igreja ou ainda numa pedra no cruzamento de quatro estradas, sob o olmeiro do julgamento, ali julga, sem recurso possível; não há como se dizer não. Os reis, as rainhas, os tribunos, os Mirabeau, os Robespierre, todos comparecem modestamente. Que digo? Mesmo o grande Napoleão faz como fazia Lutero; chapéu nas mãos...

Et nunc erudimini; qui judicatis terram! Sejam julgados, juízes do mundo! (Michelet, 2019, p. 588).¹⁰

10 No caso das citações do paratexto aqui em análise, utilizarei a última versão da Pléiade (2019), dirigida por uma grande equipe e capitaneada pelo principal nome contemporâneo dos estudos micheletianos, Paule Petitier. Trad. livre da autora: “Nous ne sommes point de ces amis du peuple qui méprise l’opinion du peuple, sourient du préjugé populaire, qui se croient modestement plus sages que Tout-le-monde. Tout-le-monde, pour les habiles et les gens d’esprit, c’est un pauvre homme de bien, qui n’y voit guère, heurte, choppe, qui barbouille, ne sait pas trop ce qu’il dit, Vite, un bâton à cet aveugle, un guide, un soutien, quelqu’un qui parle pour lui.” “Mais les simples, qui n’ont pas d’esprit, comme Dante, Shakespeare et Luther, voient tout autrement ce bon homme. Ils lui font la révérence, recueillent, écrivent ses paroles, se tiennent debout devant lui. C’est lui que le petit Shakespeare écoutait, gardant les chevaux, à la porte du spectacle; lui que Dante venait entendre dans le marché de Florence. Le docteur Martin Luther, tout docteur qu’il est, lui parle le bonnet à la main, l’appelant maître et seigneur: ‘Herr omnes (Monseigneur Tout-le-monde.’ Tout-le-monde, ignorant sans doute

Esse trecho apresenta-se como um condensado perfeito do que fez a fama literária, concomitante ao descrédito analítico do texto micheletiano. “Declamações e hipóteses” ao invés de dados; “notas e citações graves” substituídas por metáforas; “expressões exatas e calculadas” trocadas por referências bizarras a personagens desconexos entre si e, com a matéria, constituem – como poderia ter dito Taine – o exato oposto do que gera a crença em matéria de ciência.¹¹

No entanto, como acontece frequentemente na obra desse autor, o colorido poético, quando cotejado com algum rigor à prova da bibliografia da época e dos debates em torno dos quais se construiu, ganha substância, revelando a coerência íntima entre o que é dito e o como é dito, entre o espírito e a letra do texto. Devolver-lhe a coerência argumentativa, lembrando o subtexto e o contexto que dá solo a

dans les choses de la nature (il n'enseignera pas la physique à Galilée, ni le calcul à Newton), n'en est pas moins un juste juge dans les choses de l'homme. Il est souverain maître en droit. Quand il siège, en son prétoire et tribunal naturel, aux carrefours d'une grande ville, ou sur le banc devant l'église, ou encore sur une pierre à la croix des quatre routes, sous l'orme du jugement, il juge là, sans appel; il n'y a pas à dire non. Les rois, les reines et les tribuns, les Mirabeau, les Robespierre, comparaissent modestement. Que dis-je? le grand Napoléon fait, comme faisait Luther; il me le chapeau à la main... Et nunc, erudimini, qui judicatis terram! Soyez jugés, juges du monde!“

- 11 Retomo, aqui, parte dos argumentos de Hypollite Taine numa resenha crítica de *Histoire de France* au XVI, de Michelet, publicada em *Essai de critique et d'histoire*, 1866, p. 318-319, quando o crítico afirma: “Un ouvrage comme l'Histoire d'Angleterre de M. Macaulay porte avec lui sa preuve. Je ne parle pas des citations et des renvois qui de temps en temps au bas des pages viennent justifier les faits les plus frappants et indiquer au lecteur les moyens de contrôler le texte : je veux parler de l'ordre des idées et du style; les événements groupés en classes régulières, tous ces groupés naturellement rangés autour d'une idée dominante, chaque fait environné d'explications, soutenu par les autres, et rattaché par un lien visible et solide à l'ensemble; toutes les expressions exactes et calculées, tous les mouvements de passion justifiés par des raisonnements et des faits; jamais de déclamations ni d'hypothèses; les idées générales aussi fortement établies que les faits particuliers; partout la raison, le bon sens, la critique et la logique : voilà les fondements sur lesquels se bâtit la confiance des lecteurs et l'autorité de l'historien. Lorsqu'un homme, pendant huit volumes, fait voir à chaque page et à chaque ligne, dans des questions de toute espèce, sur des milliers de faits, par une infinité de détails, qu'il est prudent, qu'il ne marche que les documents en main, qu'il les interprète bien, que jamais son jugement ne fléchit, et que jamais sa passion ne l'emporte, nous quittons toute défiance, nous acceptons toutes ses recherches, nous entrons dans sa croyance, et chacun de nous à son tour dit à la fin : 'Je crois.'”

esse trecho do posfácio micheletiano é, pois, meu primeiro objetivo. Em seu horizonte, está a possibilidade de, por meio dessa operação inicial, propor uma chave interpretativa para a aliança entre o método e o espírito dessa interpretação, sem desprezar, nessa fatura, a letra do texto micheletiano.

Para isso, é preciso indicar, ainda que de forma precária, o núcleo de sentido inicial do trecho destacado. Três argumentos estruturam os três parágrafos. O primeiro é apresentação, evidentemente irônica, de uma intelectualidade que, em nome do povo (“Amigos do povo”), outorga-se o direito de tutela sobre ele, supondo sua incompetência em responder por si próprio. O parágrafo seguinte estrutura-se como um contraponto do primeiro, lembrando, através das figuras de Dante, Shakespeare e Lutero (personagens amplamente reconhecidos e celebrados pela intelectualidade da época), encarnações de um gênio cuja singularidade seria – é o que propõe o extrato – a de, justamente, alimentarem-se na interação e na aprendizagem com a ordem popular. O terceiro parágrafo revela a verdadeira identidade desse Todo-Mundo: “justo juiz nas coisas do homem”, “soberano mestre em direito”, portanto, fundamento de autoridade que permite à História que o desposa ser não mais narrativa submissa à lógica dos grandes homens (reis, rainhas, tribunos, passim), mas exercício de juízo crítico de suas ações. Glosa que recupera àquela dimensão cardinal da Revolução para o pensamento micheletiano, referendando tanto seu valor como princípio epistemológico fundante de sua historiografia (“esse todo poderoso intérprete dos meus ensinamentos e da minha história”), quanto, e correlatamente, seu valor político, sua profissão de fé, assentada na defesa da soberania popular e, por conseguinte, da República democrática como legítimo horizonte aberto pela Revolução.

Explicitado os termos de base do trecho, a primeira pergunta a ser respondida diz respeito a quem ele visa, qual o horizonte de referencialidade dos “Amigos do povo”. Ora, naquele ano de 1847 e no contexto da Monarquia constitucional que, desde 1830, vigora na França, a identidade desses “mais sábios do que Todo-Mundo”, benévolos tutores das massas ignorantes, é segredo de polichinelo e poderia ser facilmente

compreendida pelos leitores como um 3 por 4 do *mainstream* político e intelectual do período.

Assim, foi apresentada e concebida a monarquia constitucional de Luís Filipe d'Orléans (1830-1848), fundada em um regime que, assentado no que se considerava a principal conquista da Revolução, a equidade cívica¹², explicitamente reservava às elites da nação, via direito de voto e de representação política censitários, os foros de participação ativa na vida do país. Oriundo de uma Revolução (a de 1830) e encerrado por outra (a de 1848), tal regime fora conscientemente pensado como uma resposta aos desafios lançados pela Revolução francesa, como uma maneira de terminá-la – encerrá-la – dentro de limites que, ao mesmo tempo, preservassem algumas de suas conquistas (a demanda por expansão de direitos para todo o corpo social, fundamento da nação), mas evitando seus excessos, no caso, a deriva democrática e sua forma histórica: a república terrorista de 1793.

Tratava-se, pois, menos de um regime de pura circunstância, do que de um construto político de forte ancoragem intelectual, concebido, legitimado e, em boa medida, operado pelo que então se considerava a nata da intelectualidade liberal da França da primeira metade dos Oitocentos. Insisto: não nos referimos, aqui, a um governo de perfil antirrevolucionário, saudoso do Antigo Regime, mas antes de herdeiros (quando não atores) da Revolução dessa antiga ordem, a exemplo de seu monarca, filho do regicida Philippe Égalité, membro dos jacobinos, lugar-tenente de destaque do exército revolucionário até sua fuga para o exílio em 1793, após uma tentativa fracassada de golpe contra a Convenção. Em resumo, um regime composto por adeptos sinceros das conquistas de 89, mas com fortes reservas quanto a 93. Em seu seio, o agrupamento conhecido como doutrinário – federando intelectuais com grande importância, principalmente nos então nascentes estudos modernos da história e da filosofia política – aliado à principal

12 Luís Filipe apresentava-se como rei dos franceses, em contraponto ao título Rei da França, correntemente utilizado pelas casas reais anteriores. A esse respeito, ver, entre outros, Furet (1988).

corrente filosófica da primeira metade dos Oitocentos francês, o Ecletismo. Exemplarmente representados por dois dos seus mais ilustres nomes – François Guizot (1787-1874) e Victor Cousin (1792-1867) – traziam em seus currículos, além de reconhecida produção acadêmica, o título de principal bastião contra as tentativas do regime progressivo, Restauração, em solapar as conquistas da Revolução de 89.

Uma análise detalhada do arranjo governamental então implementado, assim como o exame de seus atores e de seus pontos neurálgicos ultrapassa os limites deste artigo e pode ser encontrada em excelentes estudos, como *Le moment Guizot*, de Pierre Rosanvallon (1985). Limite-me, aqui, a esboçar a apresentação de apenas um ponto: o da montagem teórica desse regime dito “*capacitaire*” em francês – em bom português, meritocrático, a partir do qual se acreditava responder ao que consideravam o principal erro da Revolução francesa: sua deriva terrorista, encarnada, aos olhos dessa elite intelectual, em uma assunção imediata do princípio da soberania popular.

A matéria é vasta; logo, o que trazemos agora é apenas uma brevíssima evocação de um dos fundamentos desse regime, que tanto demandou em esforço e páginas a intelectuais e políticos diversos. A legitimidade desse sistema apoiava-se na reprodução, dentro do corpo social, de uma distinção na ordem de conhecimento que estava no coração do Ecletismo: a distinção entre “filosofia espontânea” (também chamada de “síntese”) e a “filosofia reflexiva” (a dita “análise”). A primeira define a inteligência própria à massa da população, senso comum que preside uma inteligência primária do mundo e se expressa na construção fatural da história. A segunda diz respeito aos sistemas filosóficos, sistemas esses que o Ecletismo considera como depurações analíticas, reflexivas, do conjunto dos fatos históricos, ou seja, daquela “filosofia espontânea”. Há, portanto, necessária relação de espelhamento entre essas duas formas de pensamento (filosofia e história), mas também de superação da segunda pela primeira.

Mais do que simples princípio interpretativo, a relação entre a filosofia espontânea e a reflexiva é a base do sistema de representação considerado legítimo e posto em prática pelo regime em questão. Para

exemplificar essa relação, recorro a um trecho de um artigo de jornal. O artigo foi escrito por Jean-Philibert Damiron (1794-1862), filósofo eclético, no intuito de vulgarizar, para o grande público da época, a relação entre o povo e a filosofia e, por derivação, entre o povo e seus eleitos.

o povo [...] tem filósofos que, em acordo com ele e se alimentando do mesmo fundo, refletem em seu proveito e analisam em sua direção. Explicam suas impressões e esclarecem seus sentimentos; sua teoria não é senão a consciência [popular] reduzida a uma expressão científica. Assim os filósofos fazem um com o povo. [...] É como a unidade que reina em política entre os eleitores e eleitos: eles detêm a alma de seus mandatários; tem suas ideias e só diferem pelo grau de inteligência. Assim também os filósofos têm o caráter de eleitos; eles são os representantes de uma opinião que tem como todo mundo, mas que eles compreendem melhor do que todo mundo. (Damiron, 1827, citado por Rosanvallon, 1985, p. 173).¹³

As linhas de Damiron, originalmente publicadas no periódico *Le Globe*, não poderiam explicitar melhor o fundamento da chamada “soberania da razão”, adotada pelo regime então vigente como justa depuração do que a inteligência primária dos homens concebeu sob a forma de soberania popular, cuja melhor (talvez fosse o caso de dizer pior) ilustração seria a sanguinária república terrorista. Esteio tanto programático quanto pragmático da Monarquia Constitucional de Luís

13 No original: “Le peuple [...] a des philosophes qui, d'accord avec lui et puisant au même fond, réfléchissent à son profit et analysent dans son sens. Ils expliquent ses impressions et éclairent ses sentiments ; leur théorie n'est que sa conscience réduite à une expression scientifique. Ainsi les philosophes ne font qu'un avec le peuple [...] C'est comme l'unité qui règne en politique entre les électeurs et les élus : ils ont l'âme de leurs mandataires; ils en ont les idées; ils n'en diffèrent que par le degré d'intelligence. De mêmes les philosophes ont le caractère d'élus ; ils sont les représentants d'une opinion qu'ils ont comme tout le monde, mais que seulement ils entendent mieux que tout le monde.”

Filipe, a teoria da soberania da razão funda-se sobre o preceito segundo o qual cabe às elites intelectuais o governo do povo, pois sua inteligência do mundo, abarcando a consciência popular, a depura e a completa: “eles compreendem melhor do que todo mundo”.¹⁴

Essa última frase me permite retomar o extrato micheletiano e o retrato irônico das “hábeis gentes de espírito” que, “amigas do povo”, prontificam-se a ver, conduzir, falar em seu nome. O evidente sarcasmo de Michelet visa, aqui, a tese da pretensa superioridade intelectual desses Amigos do Povo sobre Todo-Mundo: nada a sustentaria além de uma pura crença (“crentes de que são mais sábios do que Todo-Mundo”). Se a identidade dessas “gentes de espírito” é, como indiquei acima, a intelectualidade eclético-doutrinária então no poder, o vazio de sua superioridade intelectual – ironicamente evocada através do estereótipo “Todo-Mundo”, ao se fundar num preconceito, indicia um erro grave visando não apenas ao coração dessa epistemologia mas, e muito particularmente, à identidade do povo que ela supõe conhecer e, por isso, outorga-se no direito de guiar.¹⁵

Conforme mencionei anteriormente, o contexto de afirmação do Ecletismo – assim como o essencial do debate filosófico-político do período – associa-se de forma estrutural às interpretações sobre os eventos revolucionários e, em particular, à interpretação crítica da violência revolucionária tornada máquina de estado sob a I República e sua componente popular.

A posição de Michelet a esse respeito é mais complexa do que a simples denegação do problema. Longe de subscrever ou mesmo minimizar as críticas ao Terror– conforme já era nota dominante em certa

14 Esses aspectos programáticos e pragmáticos são detalhados também em Vermeren (1995), *Victor Cousin, le jeu de la philosophie et de l'État*. Ver, em particular, os capítulos 6 e 7 dessa obra, relativos ao modelo educacional defendido e efetivamente posto em prática pela Monarquia Constitucional.

15 Conforme assinalarei mais adiante neste artigo, a hipótese de que Michelet visava os ecléticos e doutrinários se reforça pelo uso desses mesmos epítetos (eclético e doutrinário), aplicados em chave crítica a personagens da Revolução francesa.

historiografia socialista de então¹⁶, a afirmar que o sistema de Salvação Pública e seu mais eminentemente representante, Robespierre, encarnam o sentido da Revolução – , o historiador encara-o, antes, como a negação do sentido da Revolução, razão de seu “estrago”. O que não significa subscrever a tese – originalmente formulada, como ele próprio relembra, não exatamente pelos amigos do povo, mas pelos agressivos opositores da Revolução em sua dimensão popular e democrática– segundo a qual o Terror é obra popular. Tomando um rumo diverso, a tese de Michelet é a de que o regime republicano estabelecido pela Convenção, assim como o instituto da Salvação Pública que lhe deu sua forma cabal, são antes obras de Letrados e antiga herança erudita (ou seja, da razão reflexiva) do que expressões da predisposição natural do povo para violência, resultante imediata de uma razão supostamente deficitária.

Essa tese se apoia em dois elementos principais, explicitados de forma mais detalhada nos sete tomos de sua *História da Revolução francesa*, mas retomados e lembrados no capítulo metodológico aqui em questão. O primeiro implica a análise da origem dos atores principais e secundários do republicanismo revolucionário. Girondinos, Montanheses e Jacobinos não são homens do povo, não são representantes da filosofia espontânea, mas antes da elite letrada. “A esterilidade dos Girondinos não esteve, como se disse, em sua qualidade de *burgueses*, mas em sua fatuidade de advogados, de escribas.” (Michelet, 2019, p. 605).¹⁷ Quanto aos Jacobinos, “nenhum de seus líderes [...] saía do povo” (Michelet, 2019, p. 605).¹⁸ Ao contrário, eles “elevaram esse orgulho [o de constituir-se em aristocracia intelectual] a uma potência ainda superior” fazendo “frequentes apelos à violência do povo, à força de seus braços”

16 Neste paratexto, o único alvo explicitamente nomeado da crítica é *Histoire parlementaire de la Révolution française, ou Journal des Assemblées nationales depuis 1789 jusqu'en 1815*, de Philippe Buchez e Pierre-Célestin Roux-Lavergne, publicado entre 1834 e 1838.

17 Trad. livre da autora: “La stérilité des Girondins ne tint pas, comme on led it, à leur qualité de bourgeois, mais à leur fatuité d'avocats, des scribes”

18 Trad. livre da autora: “Pas un des meneurs jacobins ne sortait du peuple.”

(Michelet, 2019, p. 606)¹⁹ mas sem qualquer cuidado em consultar seus tutelados a respeito de suas próprias opiniões.

Esses doutores acreditaram, tal qual os da Idade Média, possuírem sozinhos a razão como bem seu, como seu patrimônio; também acreditaram que ela deveria vir do alto, do mais alto, ou seja de si mesmos; que ela caía sobre o povo simples vinda da cabeça do filósofo e do sábio. (Michelet, 2019, p. 606).²⁰

O segundo elemento que permitiria referendar a origem letrada do sistema terrorista repousa na investigação de suas raízes dentro da história político-intelectual do Ocidente moderno, conforme já deixa entrever a passagem acima. Essa investigação, muito rapidamente evocada neste paratexto (melhor desenvolvida ao longo da obra e, em particular, em sua *Introdução*), permite indicar a antiguidade do sistema de salvação pública, principal instituto do Terror: remontando à Baixa Idade Média, sua história é a história da montagem do Estado francês e se confunde com a criação e instituição do princípio da razão de estado:

Aos homens da Revolução, extremamente corajosos e devotados, faltou, é preciso que se diga, esse heroísmo do espírito que os teria liberado da velha rotina da *salvação pública*, aplicada pelos teólogos, formulada e professada pelos juristas já desde o século XIII, em particular em 1300 com Nogaret,

19 Para fins de esclarecimento do leitor, transcrevo a passagem completa: “Girondins et Montagnards, ils sont d'accord là-dessus. Ils parlent toujours du peuple, au nom du peuple, mais se croient bien au-dessus. Les deux partis également, nous le mettrons en lumière d'une manière evidente, reçoivent toute leur impulsion des lettrés, d'une aristocratie intellectuelle. Les Jacobins portèrent l'orgueil à la seconde puissance; ils adorèrent leur sagesse. Ils firent de fréquents appels à la violence du peuple, à la force de ses bras; ils le soldèrent, le poussèrent, mais ne le consultèrent point.”

20 Trad. livre da autora: “Ces docteurs ont cru, précisément comme ceux du Moyen Âge, posséder seuls la raison en propre, en patrimoine; ils ont cru également qu'elle devait venir d'en haut, du plus haut, c'est-à-dire d'eux-mêmes; qu'elle tombait sur le simple peuple de la tête du philosophe et du sage.”

nesse nome romano de *salvação pública*, depois pelos ministros dos reis rebatizada como *interesse e razão de Estado*. (Michelet, 2019, p. 603).²¹

Ora, se o sistema da Salvação Pública não é novo, sua memória também reconta a história dessa rotina dos sábios em se acreditarem detentores do monopólio da razão. A repetição a que ficaram reféns os homens da Revolução – malgrado sua coragem e devoção – é a mesma, portanto, que segue mantendo aprisionados muitos de seus filhos, seus herdeiros-intérpretes, na rotina de se autoproclamarem salvadores da nação.

Salvadores da nação ou pretensos amigos do povo: não por acaso Michelet chamará o girondino Brissot de “doutrinário republicano” (Michelet, 2019, p. 606) e acusará Marat de uma “espécie de ecletismo” ((Michelet, 2019, p. 598), deixando explícito o fio de continuidade entre passado e presente.²² Mais do que um erro de interpretação da e na História, erro episódico e isolado, o problema que assim se desenha concerne, portanto, à própria natureza da razão letrada, à maneira como ela

21 Trad. livre da autora: “Les hommes de la Révolution, fort courageux et dévoués, manquèrent, il faut le dire, de cet héroïsme d’esprit, qui les eût affranchis de la vieille routine du salut public, appliqué par les théologiens, formulé, professé par les juristes depuis le XIII^e siècle, spécialement en 1300 par Nogaret sous son nom romain de salut public, puis par les ministres des rois sous le nom d’intérêt, de raison d’État.”

22 Vale citar integralmente os dois trechos mais completos, que transcrevo abaixo no original. Referente a Brissot, resta evidente a analogia entre o ideário brissotino e a lição eclético-doutrinária de Damiron: “Brissot, que j’ai appelé plus haut un doctrinaire républicain, dit dans sa lettre à Banarve: ‘Autant un homme libre est au-dessus d’un esclave, autant un philosophe patriote est au-dessus d’un patriote ordinaire’. Brissot ignore que l’instinct et la réflexion, l’inspiration et la méditation, sont impuissants l’un sans l’autre; que le philosophe qui ne consulte pas sans cesse les instincts du peuple reste dans une vaine et sèche scolastique; que nulle sience, nul gouvernement n’est sérieux sans cet échange de lumières.” (Michelet, 2019, t. I, p. 606). Quanto a Marat, ver o trecho a seguir: “Étranges amis du peuple, que ceux qui, adoptant à l’aveugle, la tradition royaliste, rabaïsseraient ces luttes d’idées aux querelles de famines! Partout où ils rencontrent du pillage, du brigandage, c’est le peuple, voilà le peuple...’ Et que diraient donc de plus ses cruels ennemis? On croirait qu’il sont ennemis systématiques de la propriété? Ils ne savent pas bien ce qu’ils sont; ils restent, sur ce point, dans une sorte d’éclectisme, comme leur ami Marat.” (Michelet, 2019, t. I, p. 597-598).

se estrutura e se define face ao mundo. Esse problema é explicitamente evocado no segundo parágrafo da longa citação com a qual abrimos este artigo, na evocação de três dos gênios tutelares da era moderna.

É preciso lembrar que Dante, Shakespeare e Lutero são unanimidades da inteligência letrada do XIX e, sobretudo, dessa intelectualidade “progressista, liberal, e pós-revolucionária” do período, se não por outra razão, por um traço comum que os perpassa: sua origem burguesa. Mas elegendo gênios celebrados por todos, não é o corte de classe que Michelet coloca em plena luz. Ao contrário, para ele, o que constitui o fundamento da genialidade dos três personagens advém do fato de ela se estruturar, antes, na incorporação do saber popular do que em sua domesticação letrada. Dante fundando uma língua a partir de dialetos populares, Shakespeare flanelinha de cavalos na porta do espetáculo, Lutero recusando a tutela da sapiência autorizada no acesso à Bíblia, os três desenham um horizonte de sentidos que desfaria o paradigma de uma filosofia reflexiva como depuração da filosofia espontânea, em favor de uma obra cujo “gênio” se encontra na interação entre essas duas instâncias de saber. Antes de ser ensinado, traduzido e, por conseguinte, guiado, é o povo quem ensina (Dante), é povo o autor (Shakespeare), é para o povo que se dirige a obra genial (Lutero).

Assim, a evocação de Dante, Lutero e Shakespeare funciona como um contraponto irônico voltado contra a (e a partir da) tradição letrada moderna. Esta então encarnada, mas não somente, naqueles “mais sábios do que Todo-Mundo”, visando o coração dessa suposta sapiência. Novamente, o alvo é prioritariamente eclético, embora possa ser estendido para além dessa matriz de conhecimento.

Herdeiro do ecletismo por contingência histórica, formação e afiliação liberal, Michelet lida com essas categorias, no entanto, deslocando seus componentes cada vez mais (Navet, 1987, p. 2). Esse deslocamento é explicado pela influência de um autor, essencial na formação e confecção dessa historiografia, estranho ao corpus filosófico sob o qual se sustenta o Ecletismo: Giambattista Vico, cuja obra *Ciência Nova* Michelet traduz e traz a público em 1827, e que não cessará de evocar ao longo de toda a carreira, como sua principal dívida intelectual.

De maneira simplificada, a diferença fundamental aqui relevante diz respeito à maneira como Ecletismo e *Ciência Nova* sustentam a fundação do conhecimento analítico. Para Cousin e seus adeptos, a filosofia nasce de si mesma e conquanto se apoie na observação crítica das ações das massas na história, não reconhece nela outro papel senão o de um teatro mudo. Com Vico, ao contrário, a filosofia nasce na praça pública, criada por aqueles que, assistindo às deliberações, buscaram analisá-las e convertê-las em método (Navet, 1987, p. 9). A consequência principal desse postulado viconiano para o entendimento das relações entre filosofia e história é oposta àquela que norteia a identidade e o papel que os ecléticos se atribuíam. Retomo, agora, trecho de um artigo de Georges Navet, que sintetiza perfeitamente a questão:

Nesse teatro que é a história para Cousin, as massas ‘não ocupam a cena [...] apenas ali figuram; seu papel é mudo e elas, por assim dizer, deixam o trabalho dos gestos e falas a alguns indivíduos eminentes, que as representam’. O filósofo, indivíduo eminente por excelência, é o único ativo e o povo é reduzido ao papel de auditório passivo.

Com Vico, as coisas se invertem: é o filósofo que se torna o observador e o povo que é ativo. A filosofia nasce não de uma reflexão sobre si, mas da reflexão sobre um ato coletivo que funda a democracia (Navet, 1987, p. 9).²³

Um segundo aspecto fundamental da filosofia viconiana diz respeito à natureza da razão, que implica não apenas sua versão filosófica

23 Trad. livre da autora: “Dans ce théâtre qu’est l’histoire chez Cousin, les masses ‘remplissent la scène [...] mais elle y figurent seulement elles n’y ont guère qu’un rôle muet, et laissent, pour ainsi dire, le soin des gestes et des paroles à quelques individus éminents, qui les représentent’. Individu éminent par excellence, le philosophe seul est actif, et le peuple est réduit au rôle d’auditoire passif.” “Avec Vico, les choses s’inversent : c’est le philosophe qui devient l’observateur, et c’est le peuple qui est actif. La philosophie naît, non d’une réflexion sur soi, mais de la réflexion sur un acte collectif qui fonde la démocratie.” A citação interna ao texto é extraída do Cours de Philosophie de Victor Cousin, t. I, Aula do dia 12 de junho de 1828, p. 14. Navet não precisa em nota a edição utilizada.

ou reflexiva, mas também a informa como senso comum ou em sua versão sintética (popular), para falar como os ecléticos. Sobre isso, recorro a um outro estudioso do napolitano, Alain Pons:

Entre a sabedoria “vulgar” dos povos e a sabedoria dos filósofos, não há diferença de natureza. São apenas expressões diversas de uma mesma sabedoria que se desenrola no tempo e que, sob todas as formas que toma, exprime sempre a mesma relação diante das exigências da vida social, relações com a verdade, a justiça e Deus (Pons, 1975, p. 47).²⁴

A essa contiguidade entre a natureza dessas sabedorias, soma-se um outro elemento, também advindo da filosofia viconiana. Relembremos: no último trecho citado de Michelet, o historiador, após evocar a coragem e devoção dos revolucionários, afirma que lhes faltou um suposto “heroísmo do espírito”, único antídoto que poderia os salvar do recurso à salvação pública. Ora, *Mens heroica* é o título do oitavo dos discursos proferidos por Vico por ocasião do início do ano letivo da Universidade real de Nápoles, onde ocupava a cadeira de Retórica. Michelet conhecia esse discurso e, não por acaso, o incluía em seu *Oeuvres choisies de Vico*, publicado em 1835.

A interpretação correta desse discurso, além de sua tensão quanto à obra magna de Vico, foi objeto de especialistas e merece um estudo à parte, que não poderia ser reduzido às poucas páginas de um artigo. A título de resumo, basta assinalar que, enquanto na *Ciência Nova* a humanidade parece condenada a “percorrer um círculo infernal” sempre encerrado por sua decadência, o discurso lança a promessa de um outro fim, cujo deslinde passa exatamente pelo que seu título anuncia: o heroísmo do espírito. Sem me deter na explicitação do argumento,

24 Trad. livre da autora: “Entre la sagesse ‘vulgaire’ des peuples et la sagesse des philosophes, il n’y a pas de différence de nature. Ce ne sont que les expressions diverses d’une même sagesse qui se déploie dans le temps et qui, sous toutes les formes qu’elle prend, exprime toujours le même rapport aux exigences de la vie sociale, à la vérité, à la justice, à Dieu.”

fio-me em Georges Navet, prefaciando a edição desse texto, quando define esse heroísmo como “o ato de fazer, realmente, na história e o ato de refazer, ou se esforçar por refazer, mentalmente, na ciência”. Esses são os mesmos passos que fundam a humanidade do homem, a saber, o atravessamento entre sabedoria absconsa e sabedoria poética, o enlace entre o verdadeiro e o factual, ou, ainda, em termos mais micheletianos, entre a razão letrada e a inspiração popular; “é isto precisamente que Vico chama de heroísmo”. (Navet, 1988, 9).²⁵

Ambos os elementos, incorporados plenamente pela historiografia micheletiana, combinam-se e talvez expliquem o sobrepeso interpretativo a partir do qual sua carreira propriamente historiadora (e não exclusivamente filosófica) é estruturada, contida no princípio viconiano basilar de sua obra magna – *Ciência Nova*. Para esse princípio, o mundo humano e a própria humanidade do homem são obras suas. Obras capciosas porque não autoconscientes, porque feitas pelo homem, mas apesar de si, aquém e além de sua consciência. O sobrepeso interpretativo de Michelet aparece justamente no curto-circuito entre esse princípio e o evento revolucionário, tomado como um momento em que a experiência de ser artífice de sua própria história, pela primeira vez, vem à tona coletivamente. Essa dissonância interpretativa, se não necessariamente parte da leitura do *Mens heroica*, certamente pode ter nela encontrado alimento para a sua afirmação.

Não por acaso, é em eco viconiano que o historiador principia o paratexto aqui em análise, quando, após relembrar a fuga do Rei, diz ter sido esse o momento em que a “crédula criança, o povo, enfim abandonado por seu tutor, que deserta e a trai, é forçada enfim a se tornar homem, quando faz sua primeira tentativa de um verdadeiro governo

25 Trad. livre da autora: “L’acte de faire, réellement, dans l’histoire, et l’acte de refaire, ou de s’efforcer de refaire, mentalement, dans la science, tel est précisément ce que Vico appelle l’héroïsme.” Georges Navet dedicou outros trabalhos a Vico, dentre os quais destaco *Rhetorique, imagination et monde civile chez G. B. Vico*, publicado na coleção *Les Papiers du Collège International de Philosophie*, n.55, março, 2000. Além deste, destaco ainda o livro *Les Archives de l’Humanité: essai sur la philosophie de Vico*, de Olivier Remaud (Seuil, 2004).

de homens: ser homem é se reger a si mesmo” (Michelet, 2019, p. 583).²⁶ Mais uma vez chamo a atenção para o tom do historiador, nesse caso entre solene e melancólico, e que se explica por sua interpretação geral do evento revolucionário. Para Michelet, a Revolução, se foi o palco da fusão entre o princípio da história e sua realização, não foi capaz, no entanto, de comutar a experiência em consciência plena, ou seja, de fundá-lo como realidade estável e partilhada, não foi capaz de instituir-se senão como promessa de um mundo novo. Momento de iluminação da história, possibilidade aberta (mas não assentada) de um novo início. Faltou-lhe e ainda lhe falta saber o que ela foi e ainda pode ser: um novo começo, fundação de um laço novo a instituir a comunidade dos homens. Tarefa propriamente heroica, no sentido explícito do oitavo discurso de Vico que, se bem compreendida, deveria dotar esse saber de uma dimensão fundacional, desde que esse saber fosse, ele próprio, um exercício de heroísmo bem compreendido.

A meu ver, é exatamente isso o que justifica as lições propriamente metodológicas que esse posfácio encerra. A primeira lição é a seguinte: para se construir uma historiografia da revolução, não basta apenas ir às óbvias fontes secundárias – livros, memórias, jornais, tudo isso que não passa de memória interessada de um só homem. Tampouco é suficiente combiná-las à análise sistemática das fontes primárias – selo de qualidade desse historiador, então Chefe da Seção histórica dos Arquivos da França e reconhecidamente o primeiro a fundar sua historiografia no cotejo sistemático com os manuscritos, então não acessíveis a todos.²⁷ Mas, e principalmente, é preciso redescobrir e se submeter ao que ele chama de “tradição oral”, “crença popular”, “lenda” e “catecismo

26 Trad. livre da autora: “ce crédule enfant, le peuple, délaissé de son tuteur, qui déserte et le trahit, est forcé enfin d’être homme, où il fait le premier essai d’un vrai gouvernement d’hommes: être homme, c’est se régir soi-même.”

27 Sobre o tema da relação de Michelet com os arquivos, permito-me indicar os comentários do historiador e arquivista Yann Potin, no programa de rádio *Avoir raison avec Michelet*, disponível no link: <https://www.radiofrance.fr/franceculture/podcasts/avoir-raison-avec-jules-michelet/jules-michelet-tirer-le-sang-des-peuples-des-archives-9185894> Acesso em 27/03/2024.

histórico do povo” (Michelet, 2019, p. 584-585), todos esses termos se referindo a um mesmo objeto: aquilo que a memória popular reteve de um evento histórico, no caso, a Revolução Francesa. A associação entre essas três fontes não se dá, porém, por simples acúmulo. “Base que menos engana”, a memória popular fornece – sustenta Michelet – o núcleo de sentido, a diretiva de interpretação necessária para a Revolução. Conquanto tenda a aparecer “sobrecarregada nos detalhes por ornamentos lendários estranhos à história dos fatos” (Michelet, 2019, p. 584)²⁸, cabe ao historiador saber operar com ela, retendo dessa memória, que testemunha de um juízo sintético popular e que exprime uma moral (política) fundada na experiência (na inteligência) popular do passado, o princípio e o sentido dessa interpretação.

A primeira lição metodológica de Michelet é, portanto, uma lição de humildade, de contenção e de limite do poder intelectual do intérprete face ao testemunho dos letrados. Dirigindo-se a seus homólogos, sobretudo aos mais jovens, Michelet os convida a dar prosseguimento a essa que é, a seu ver, a primeira missão da história: “redescobrir, através de pesquisas conscienciosas, os grandes fatos da tradição nacional” (Michelet, 2019, p. 590).

Missão que impõe ao erudito não apenas renunciar à autonomia autoral própria aos letrados, mas também abrir mão de seu lugar de intérprete autônomo e produtor de saber. A lição é simples: para descobrir o que está “na boca do povo”, é preciso ir até o povo; é preciso que “entrem, de noite, na estalagem de uma vila”, ou que, “na estrada”, encontrando “um caminhante que descansa”, comecem uma conversa sobre:

28 Transcrevo, a seguir, o trecho completo de onde extrai as citações: “La base qui trompe le moins, nous sommes heureux de le dire à ceux qui viendront après nous, c’est celle dont les jeunes savants se défient le plus, et qu’une science persévérante finit par trouver aussi vraie qu’elle est forte, indestructible ; c’est la croyance populaire. Vrai au total, quoiqu’elle soit, dans le détail, chargée d’ornements légendaire, étrangers à l’histoire des faits. La légende, c’est une autre histoire, l’histoire du cœur du peuple et de son imagination.”

a chuva e o tempo bom, depois sobre a carestia dos alimentos, depois sobre o tempo do Imperador, sobre o tempo a Revolução... Prestem bastante atenção em seus julgamentos; sobre as coisas, ele erra, no mais das vezes ignora. Mas sobre os homens, é preciso, muito raramente se engana” (Michelet, 2019, p. 585).²⁹

Não deve, pois, o historiador, confiando em “sua cultura superior, em pesquisas de especialista, em descobertas sutis que acreditamos fazer [...] menosprezar a tradição nacional” (Michelet, 2019, p. 585).³⁰ Não cabe a ele, então, “refazer a história, pois ela está feita em seus pontos essenciais, moralmente, os grandes resultados já inscritos na consciência do povo” (Michelet, 2019, p. 591)³¹. Mas cabe ao historiador, portanto, fazer como Dante, Lutero e Shakespeare, chapéu nas mãos, ouvido atento, indo aonde estiver *Herr Omnes*, soberano mestre em direito, a fim de apreender com o seu juízo o que de relevante a história deve preservar. Que se bem compreenda, então, a lição desses gênios para a história, seu heroísmo peculiar. Não significa, em hipótese alguma, pura substituição da história erudita pela memória popular – simples modelo às avessas do desafio representado pela tentativa salvacionista própria a governos e intelectuais. Mas, antes, refere-se a uma versão mais bem compreendida do que pode a ciência: memento que exige outra longa citação:

29 Tendo em vista as interpolações utilizadas imediatamente antes da citação principal, transcrevo o trecho completo: “Non, quand je dis tradition orale, j’entends tradition nationale, celle qui reste généralement répandue dans la bouche du peuple, ce que tous disent et répètent, les paysans, les gens de ville, les vieillards, les hommes mûrs, les femmes, mêmes les enfants, ce que vous pouvez apprendre, si vous entrez le soir à ce cabaret de village, ce que vous recueillerez si, trouvant sur le chemin un passant qui se repose, vous vous mettez à causer de la pluie et du beau temps, puis de la cherté des vivres, puis du temps de l’Empereur, du temps de la Révolution... Notez bien ses jugements ; parfois, sur les choses, il erre, le plus souvent il ignore. Sur les hommes, il ne se méprend point, très rarement il se trompe.”

30 Trad. livre da autora: “Il ne faut pas que notre confiance dans une culture supérieure, dans nos recherches spéciales, dans les découvertes subtiles que nous croyons avoir faites, nous fasse aisément dédaigner la tradition nationale.”

31 Trad. livre da autora: “Voilà ce que nous demande la France, à nous autres historiens, non de faire l’histoire, elle est faite pour les points essentiels moralement, les grands résultats sont inscrits dans la conscience du peuple...”

Sem negar a potente influência do gênio individual, não há dúvidas de que, no campo das ações dos homens, a parte mais importante aparece na ação geral do povo, do tempo, do país. A França se reconhece na ação que foi a sua, tal como o criador em sua criatura. Devem a ela o que foram, *com exceção de alguns pontos* face aos quais ela se torna seu juiz, aprovando ou condenando e dizendo: “Nisto, vocês não são *meus*.” Todo estudo individual é acessório e secundário quando comparado a esse olhar profundo da França sobre si mesma, a essa *consciência* interior que registra seus feitos. A parte da *ciência* nem por isso diminui. Tão mais forte e profunda é essa consciência, tão mais se encontram apagados os motivos de seu julgamento, as peças do processo, os raciocínios frequentemente complicados através dos quais o espírito popular formula essas conclusões que chamamos simples e ingênuas. Eis o que nos exige a França, o que ela exige de nós, historiadores: não que refaçamos a história, pois ela está feita em seus pontos essenciais, moralmente, os grandes resultados já inscritos na consciência do povo; mas que restabeleçamos a cadeia dos fatos, das ideias, de onde saíram tais resultados. (Michelet, 2019, p. 590).³²

32 Trad. livre da autora: “Sans nier l’influence puissante du génie individuel, nul doute que dans l’action de ces hommes, la part principale ne revienne cependant à l’action générale du peuple, du temps, du pays. La France les sait dans cette action qui fut d’elle, comme leur créateur les sait. Ils tirent d’elle ce qu’ils furent, tels ou tels points exceptés où elle devient leur juge, approuve ou condamne, et dit: ‘En ceci, vous n’êtes pas miens.’ Tout étude individuelle est accessoire et secondaire, auprès de ce profond regard de la France sur la France, de cette conscience intérieure qu’elle a de ce qu’elle fit. La part de la science n’en reste pas moins grande. Autant cette conscience est forte et profonde, autant aussi elle est obscure, a besoin que la science l’explique. La première garde et gardera les jugements qu’elle a portés; mais les motifs des jugements, toutes les pièces du procès, les raisonnements souvent compliqués, par lesquels l’esprit populaire obtient des conclusions qu’on appelle simples, naïves, tout cela s’est effacé. Et c’est là ce que la science est chargée de retrouver. Voilà ce que nous demande la France, à nous autres historiens, non de faire l’histoire, elle est faite pour les points essentiels moralement, les grands résultats sont inscrits dans la conscience du peuple; mais de rétablir la chaîne des faits, des idées, d’où sortirent ces résultats...”

Trata-se, portanto, de um exercício crítico que estabelece como seu limite e seu critério de juízo não o que se encontra na tradição de seus pares, mas antes num trabalho que, não se dissociando da consciência popular, toma-lhe como guia, segue seus passos, tentando devolver-lhe a sua voz. Escrita a partir do povo, essa história se escreve, portanto, também por e para ele, tentando, tanto quanto possível, deixar-lhe falar em nome próprio. E é nesse sentido que essa historiografia quis ser revolucionariamente democrática, respondendo ao desafio de formular não apenas teoricamente, mas formalmente, uma história que pertencesse e que falasse, de fato, a todo mundo.

REFERÊNCIAS

- ARAMINI, Aurélien. *Michelet, à la recherche de l'identité de la France – de la fusion nationale au conflit des traditions*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2013.
- ARAMANI, Aurélien. Les deux conceptions micheletiennes de la foule révolutionnaire. BOVO, Helena. (dir) *La Foule*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2015. p. 55-73.
- ARAMANI, Aurélien. Le populisme radical de Jules Michelet. *La Revue du Projet*, n. 56, avril p. 46-47, 2016.
- ARAMANI, Aurélien. La philosophie de la nation chez Jules Michelet. *Archives de philosophie*, 2017/1 (Tome 80). Disponível em: https://www.cairn.info/article.php?ID_ARTICLE=APHI_801_0075. Acesso em: 27 mar. 2024.
- BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- FURET, François. *La Révolution*, II (1814-1880). Paris: Hachette (Pluriel), 1988.
- GAUCHET, Marcel. *Philosophie des sciences historiques – le moment romantique*. Paris Editions du Seuil, 2002.
- LANSON, Gustave. *Histoire de la littérature française*. Paris: Librairie Hachette et co, Paris, 1895.

- LEFORT, Claude. *La cité des vivants et des morts (préfaces et introductions)*. Paris: Belin, 2002.
- MICHELET, Jules. *Histoire de la Révolution française*, t. I. Paris: Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade), 2019., (edição publicada sob a direção de Paule Petitier)
- MICHELET, Jules. *Philosophie de l'histoire*. Paris: Flammarion (Champs classiques), 2016..
- NAVET, Georges. Les deux sexes de l'esprit (Analyse et synthèse chez Michelet). *Les Travaux de l'Atelier Proudhon*, n. 5. Paris: École des Hautes Études en sciences Sociales, 1987.
- NAVET, Georges. De l'esprit héroïque: le huitième discours de Giambattista Vico. *Le Cahier (Collège international de philosophie)*, n. 5, p. 7-27, abr. 1988.
- PETITIER, Paule. Une réinvention de l'expérience. *Revue Europe – Jules Michelet*. Paris: Centre National du livre, 76 année, n. 829, maio 1998.
- PETITIER, Paule. Introduction. In: MICHELET, Jules. *Histoire de la Révolution française*, t. I. Paris: Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade), 2019. p. IX-LXXX.
- PONS, Alain. De la “nature commune des nations” au Peuple romantique. Note sur Vico et Michelet. *Romantisme*, n. 9, p.39-49, 1975.
- ROSANVALLON, Pierre. *Le moment Guizot*. Paris: Gallimard, 1985.
- SAINTE-BEUVE. *Panorama de la littérature française (portraits et causeries)*. Paris: Librairie Générale française, 2004.
- VERMEREN, Patrice. *Victor Cousin, le jeu de la philosophie et de l'état*. Paris: L'Harmattan, 1995.
- TAINE, Hyppolite. *Essais de critique et d'histoire*. Paris: Hachette, 1866.
- WALTER, Gerard. Notes et commentaires. In: MICHELET, Jules. *Histoire de la Révolution française*, t. I. Paris: Gallimard (Bibliothèque de la Pléiade), 1952. p. 1293-1523.

Recebido: 1 abr. 2024 / Revisto pelo autor: 30 ago. 2024 / Aceito: 24 set. 2024

Editor responsável: Nathália Sanglard de Almeida Nogueira



Disponível em:

<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384481416032>

Como citar este artigo

Número completo

Mais informações do artigo

Site da revista em redalyc.org

Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe,
Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no
âmbito da iniciativa acesso aberto

MARIA JULIANA GAMBONI TEIXEIRA

**Do método e do espírito da revolução historiográfica
micheletiana**

**On the method and spirit of Michelet's historiographical
revolution**

Varia Historia

vol. 41, e25029, 2025

Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais,

ISSN: 0104-8775

ISSN-E: 1982-4343

DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-87752025v41e25029>